

2ºRTD-RJ - 1036404

Emol: 625,64/Distrib: 15,52/Lex: 111/06-31,4
M/A: 10,86/FETJ: 125,73/Lex: 10281,25,13
Lei 4.864/05: 31,43 / Tot.Emol (R\$): 865,71
PARÂM: Vias: 2 / Nome(s): 3 / Págs: 66
Proc. Estr. N / Averb: N / Diliq.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL
FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

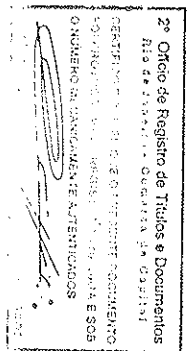
Entre

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.
como Emissora,

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.
como Fiadora,

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário



datado de 13 de maio de 2013

REGISTRAR
E SEGURANÇA

1036404



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, na Avenida Joaquim André, nº 361, Bairro Santa Clara, CEP 35.500-712, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.822.767/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 12º andar, Bairro Itaim, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.019.567/0001-87, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Fiadora**"); e

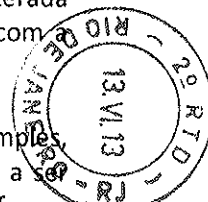
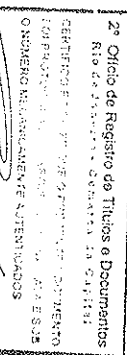
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "**Partes**").

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. ("**Debêntures**" e "**Escritura**", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("**Emissão**") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da CVM nº 361 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de maio de 2013 ("**AGE**"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

1.2. A constituição das Garantias, conforme descritas na Cláusula 4.1.10.1 abaixo, foram aprovadas: (i) pela Emissora, com base na deliberação da AGE; e (ii) pela Fiadora, com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Fiadora realizada em 13 de maio de 2013 ("**AGE Fiadora**").



1036404
REGISTRO
E SEÇÃO DE
TÍTULOS



1.3. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária com garantia adicional fidejussória em espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 4.1.12.2 abaixo.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE Fiadora de que trata a Cláusula 1.2.(ii) acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal usualmente utilizado pela Fiadora para suas publicações legais.

2.1.2. Arquivamento da Escritura

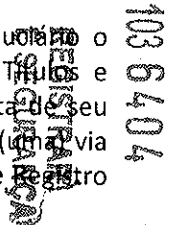
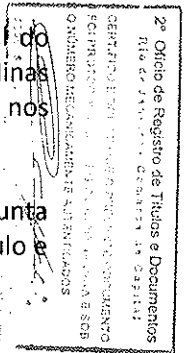
2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos, incluindo, sem limitação, o aditamento mencionado na Cláusula 1.3 acima, deverão ser arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Em virtude da fiança prestada pela Fiadora em benefício dos titulares das Debêntures, nos termos do artigo 129, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura.

2.1.2.3. Após o registro da Escritura, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro na JUCEMG e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento, bem como deverá disponibilizar tempestivamente ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura devidamente registrada na JUCEMG e em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

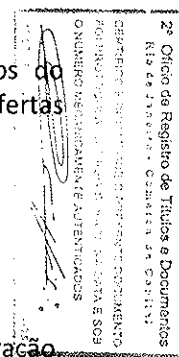


2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

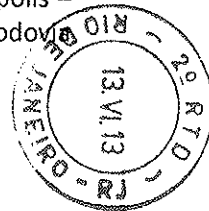
2.1.5.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivo as atividades de exploração e administração, sob regime de concessão patrocinada, conforme definido pela Lei Federal nº 11.079/04, da malha composta pela Rodovia MG-050, trecho entroncamento BR 262 (Juatuba) – Itaúna – Divinópolis – Formiga – Piumhi – Passos – São Sebastião do Paraíso – Divisa MG/SP da Rodovia BR 265 (“Concessão”).



3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

103 6404
REGISTRAR
E
SEGURANÇA

3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos captados através desta Emissão serão destinados para refinanciamento das dívidas existentes e financiamento dos investimentos da Emissora.



3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

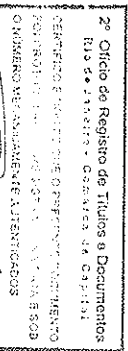
3.6.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.6.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.



1036404

REGISTRAR
E SEGURANÇ

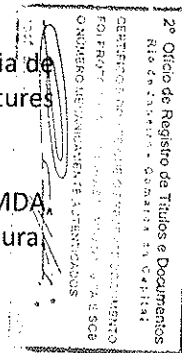


3.7.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

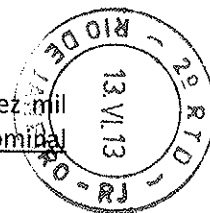


4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").



4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.



4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de abril de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 17 de abril de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de resgate antecipado, em conformidade com as Cláusulas 4.5 e 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação



pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5.1 abaixo.

4.1.6. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

4.1.8. *Conversibilidade*

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitas à convalidação para a espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 4.1.12 abaixo.

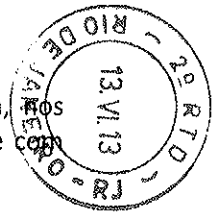
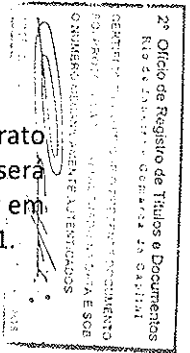
4.1.10. *Garantia Real*

4.1.10.1. Quando da implementação da Condição Suspensiva (conforme definido abaixo), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais ("Garantias"):

(i) alienação fiduciária de:

(a) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Fiadora ("Direitos de Participação"), bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação, todas as ações derivadas dos Direitos de Participação por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação dos Direitos de Participação e quaisquer bens ou títulos nos quais os Direitos de Participação sejam convertidos (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Fiadora na Companhia, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Fiadora (em conjunto, as "Ações Alienadas Fiduciariamente");

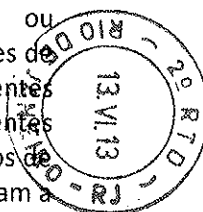
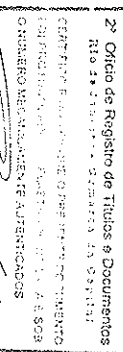
(b) somente em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Companhia e/ou pela Fiadora perante os titulares das Debêntures por força desta Escritura, todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Fiadora, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam



1036404

convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Alienadas Fiduciariamente, os quais são integram a definição de Ações Alienadas Fiduciariamente; e (c) o direito à incorporação automática da presente garantia de quaisquer ações de emissão da Companhia que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de qualquer outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pela Fiadora após a data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definido abaixo, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Fiadora (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, em razão de cancelamento, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, assim como quaisquer certificados de depósito, títulos ou valores mobiliários em que as Ações Alienadas Fiduciariamente e tais novas ações sejam convertidas, bem como os certificados, livros societários e/ou cautelas de ações e/ou outros documentos representativos da propriedade destas ações, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) cessão fiduciária: (a) de todos e quaisquer direitos creditórios e emergentes da Concessão, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados ao Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007 entre a Emissora e o poder concedente, tal como se encontre em vigor aditado, modificado ou complementado ("Contrato de Concessão"), incluindo, sem limitar, todos os direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, inclusive direitos decorrentes de seguros, incluindo o direito da Emissora de receber, na qualidade de co-segurado, todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos por seguradoras, em função de apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, indenizações, direitos emergentes decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, quaisquer outras receitas decorrentes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, incluindo aqueles gerados em decorrência dos contratos de coleta de pedágio e de meios de pagamento, bem como quaisquer valores que sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente da Concessão à Emissora correspondente à contraprestação pecuniária relativos ao Contrato de Concessão, bem como em razão da extinção, término (antecipado ou não) e/ou modificação a título de indenização, compensação ou contraprestação pecuniária relativa ao Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão e Outras Avenças, a ser celebrado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos"); e (b) os recursos existentes na conta vinculada, pela qual transitarão os montantes oriundos dos Direitos Creditórios, bem como os direitos creditórios da Emissora sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos na referida conta vinculada, nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, a ser celebrado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Custódia de Recursos Financeiros" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os "Contratos de Garantia").

4.1.10.2. As Garantias passarão a ser plenamente válidas e eficazes após a ocorrência da quitação integral das obrigações da Emissora, bem como a liberação dos gravames, relacionados aos seguintes instrumentos: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 100110090002000, emitida em 3 de setembro de 2010 pela Emissora em favor do Banco Itaú BBA S.A., conforme aditada de tempos em tempos; (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 270423713, emitida em 17 de abril de 2013 pela



1036404



Emissora em favor do Coordenador Líder, conforme aditada de tempos em tempos; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 270428613, emitida em 17 de abril de 2013 pela Emissora em favor do Coordenador Líder, conforme aditada de tempos em tempos; e (iv) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº 106307090010000, celebrado em 2 de janeiro de 2009 entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A., conforme aditado de tempos em tempos, cuja garantia foi compartilhada através do Contrato de Compartilhamento de Garantia celebrado em 17 de abril de 2013 entre os Coordenadores ("Dívidas Existentes" e "Condição Suspensiva").

4.1.11. Garantia Fidejussória

4.1.11.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias principais e acessórias assumidas nesta Escritura, a Fiadora, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os titulares das Debêntures, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos titulares das Debêntures ("Valor Garantido"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

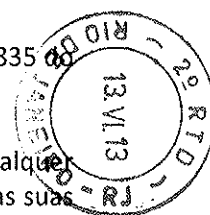
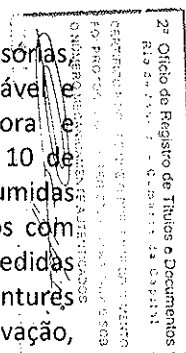
4.1.11.2. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento.

4.1.11.3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.1.11.4. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer quaisquer medidas executórias, seja no âmbito extrajudicial ou judicial, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.11.5. A Fiadora desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados nos termos da fiança após os titulares das Debêntures terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.11.6. A presente fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.



1036404

4.1.11.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os titulares das Debêntures.

4.1.11.8. A fiança aqui referida é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos.

4.1.11.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos titulares das Debêntures desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.1.11.10. As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.1.12. Convolução da Espécie das Debêntures

4.1.12.1. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que a Condição Suspensiva for implementada.

4.1.12.2. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário acerca da implementação da Condição Suspensiva, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografária com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real e adicional fidejussória.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de início da distribuição das Debêntures.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pelos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.5.1 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor, observado o disposto na Cláusula 3.6.4. acima.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração que ocorrer por último, até a Data de Vencimento ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos em parcelas anuais a partir da Data de Emissão, na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, na data de uma eventual amortização ou na data de um eventual resgate, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento.

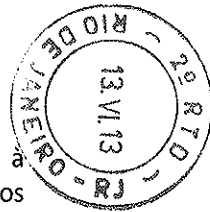
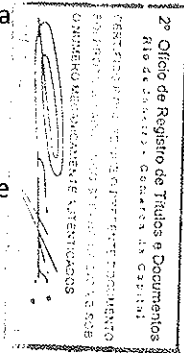
4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da remuneração devida, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



REGISTRO
1036404



Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da Data de Emissão (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

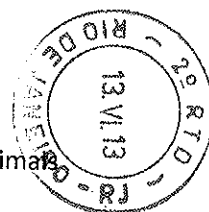
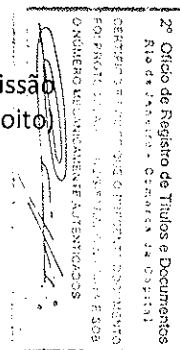
DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread Spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, equivalente a 2,0500 (dois inteiros e cinco centésimos), nos termos da Cláusula 4.5.1.1 acima, informado com 4 (quatro) casas decimais;



1036404
REGISTRAR
E SEGURANÇA

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

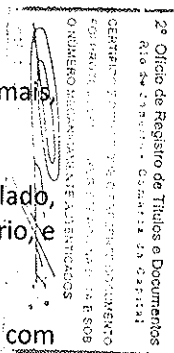
Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.1.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.1.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do dia da Ausência da Taxa DI. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.



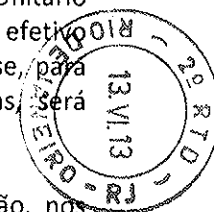
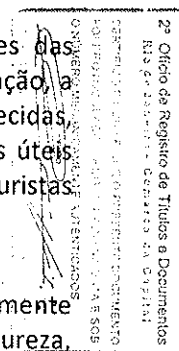
1036404

4.5.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

4.5.1.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta hipótese para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora realizará a amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, nos termos do cronograma sugerido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos titulares das Debêntures reunidos na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sendo que a taxa de remuneração substituta deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.6.1. Caso não haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme descrito na Cláusula 4.5.1.6 acima e não haja o resgate antecipado das Debêntures conforme o inciso (i) desta Cláusula 4.5.1.6, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.



4.5.1.6.2. Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta, conforme previsto no inciso (ii) desta Cláusula 4.5.1.6.

4.5.1.6.3. A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.5.1.6.1 e 4.5.1.6.2 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a garantia prevista na Cláusula 5.1 abaixo válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.5.1.7. Para efeitos da presente Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Principal

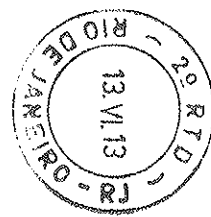
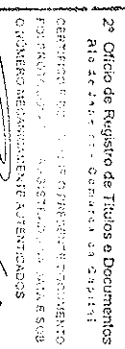
4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento ou na data de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento, até a Data de Vencimento.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP21: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



1036404
REGISTRAR
SEGURANÇA

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

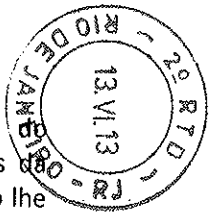
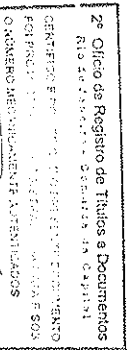
4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, serão publicados no DOEMG e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo



1036404

REGISTRO
E SEGURANÇA



da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

5.2. Amortização Extraordinária, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório

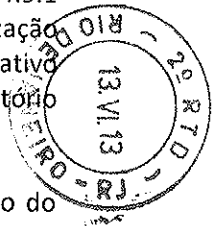
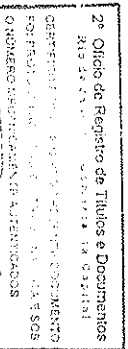
5.2.1. A Emissora: (A) poderá realizar, a partir do 181º (centésimo octogésimo primeiro) dia contado da Data de Emissão: (i) a amortização extraordinária, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"); ou (B) deverá realizar, na data de desembolso de qualquer financiamento de longo prazo para o projeto objeto do Contrato de Concessão, o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório").

5.2.2. A Amortização Extraordinária, o Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser precedidos de comunicação a ser publicada nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Comunicação da Amortização Extraordinária"), do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo") ou do Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicação do Resgate Antecipado Obrigatório").

5.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.4. Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão da amortização ou do resgate antecipado devido deverá ser equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado ou resgatado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor da Amortização Extraordinária", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo", "Valor do Resgate Obrigatório Facultativo", "Data da Amortização Extraordinária", "Data do Resgate Antecipado Facultativo" e "Data do Resgate Antecipado Obrigatório", respectivamente).

5.2.5. A Comunicação da Amortização Extraordinária, a Comunicação do Resgate Antecipado Facultativo ou a Comunicação do Resgate Antecipado Obrigatório deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário



1036404

RECEBUE
RECEBUE



das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária, na hipótese de Amortização Extraordinária, o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo ou o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório, na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório.

5.2.6. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado na data indicada na Comunicação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

5.2.7. No caso de Amortização Extraordinária, o Valor Nominal a ser amortizado e os Juros Remuneratórios a serem pagos na Data de Vencimento serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária, desde a data do pagamento da respectiva amortização.

5.2.8. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.9. Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional em caso de Amortização Extraordinária, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório.

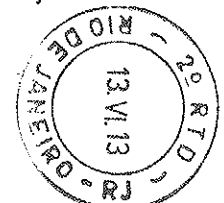
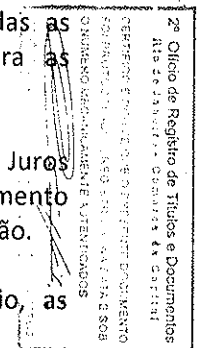
5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto e desde que tal medida judicial não tenha sido indeferida ou julgada improcedente; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;

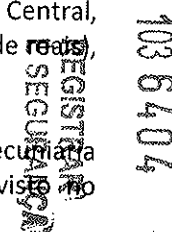
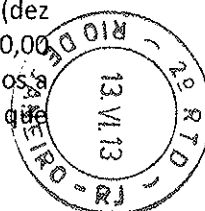
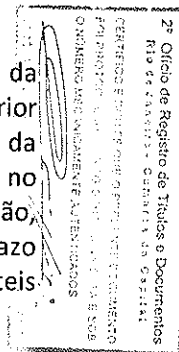
(b) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou auto-falência da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora não devidamente elidido(s) no prazo legal pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável;



1036404



- (c) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou da Fiadora;
- (d) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, nas respectivas datas de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (e) inadimplemento de quaisquer obrigações, que não as descritas no item (d) acima, da Emissora e/ou da Fiadora com quaisquer terceiros, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo, não sanado ou não repactuado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (f) vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido abaixo) da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Fiadora, reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo;
- (g) caso a Emissora e/ou a Fiadora seja(m) legitimamente inscrita(s) em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente, superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora;
- (h) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, em 10 (dez) dias úteis;
- (i) realização de redução de capital social sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, após a data de assinatura da presente Escritura, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (k) fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, capitalização ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Fiadora, que implique em alteração do controle societário indireto, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 80%



(oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto no caso de reorganização societária cujo acionista controlador direto ou indireto da Emissora: (i) mantenha a participação na totalidade do capital social da Emissora, da Rodovias das Colinas S.A. e da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.; e (ii) celebre um aditamento à presente Escritura, assumindo todas as obrigações da Fiadora previamente à conclusão da reorganização societária, cujo aditamento não dependerá de aprovação dos titulares das Debêntures.

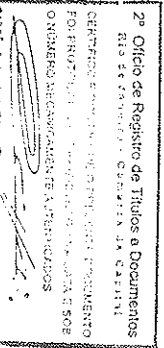
(l) alienação e/ou alteração do atual controle indireto da Emissora, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(m) assunção de qualquer Dívida Financeira (conforme definido abaixo) ou prestação de qualquer garantia a qualquer financiamento ou dívidas, pela Emissora, em seu nome ou em benefício de terceiros, exceto se: (i) a destinação dos valores relacionados à Dívida Financeira (conforme definido abaixo) assumida seja o resgate da totalidade das Debêntures em até 2 (dois) dias úteis contados da data do desembolso relacionado à Dívida Financeira (conforme definido abaixo); (ii) previamente autorizado pelos titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; ou (iii) a Dívida Financeira for contratada entre a Emissora e qualquer parte relacionada, que seja subordinada às Debêntures e com prazo de vencimento nunca inferior à data em que todas as obrigações da Emissora e/ou da Fiadora relacionadas às Debêntures sejam liquidadas;

Dívida Financeira: significa qualquer dívida (atual ou contingente) relacionada a: (i) valores emprestados ou saques além do saldo zero em qualquer instituição financeira que resulte em posição negativa da Companhia; (ii) qualquer valor levantado por meio da emissão de debêntures, *bonds*, notas promissórias, Cédulas de Crédito Bancário ou qualquer outro título de dívida ou valor mobiliário; (iii) qualquer instrumento de crédito; (iv) qualquer valor levantado por meio da venda de recebíveis ou descontos; (v) o custo de aquisição de qualquer ativo onde o pagamento adiantado ou diferido é realizado principalmente como um método de obter financiamento; (vi) qualquer arrendamento mercantil (*leasing*) celebrado principalmente como um método de obter financiamento ou financiando a aquisição do ativo arrendado; (vii) qualquer troca (*swap*) de moeda ou juros, contrato de *cap or collar* ou qualquer outro instrumento derivativo; (viii) qualquer valor obtido em qualquer transação que tenha o efeito um empréstimo ou obtenção de capital, seja esta entre partes relacionadas ou com terceiros; e (ix) qualquer valor de qualquer obrigação de um adiantamento ou contrato de compra diferida se uma das principais razões para sua celebração é para obter financiamento; em qualquer dos casos o valor de qualquer obrigação relacionada a qualquer garantia ou indenização para qualquer um dos itens (i) a (ix).

(n) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva;

(o) transformação da Emissora em sociedade limitada;

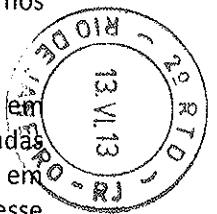
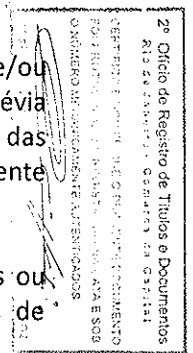


1036404

- (p) término antecipado da Concessão;
- (q) decretação de intervenção pelo poder concedente na Concessão detida pela Emissora, não sanada no prazo de 60 (sessenta) dias;
- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia sem prévia expressa anuência dos titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (s) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia;
- (t) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1;
- (u) realização de transações com partes relacionadas, exceto: (i) se contratadas em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços; ou (ii) se previamente autorizadas pelos titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (v) caso os Contratos de Garantia ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato, (i) sejam objeto de ações, decisões e/ou medidas judiciais, arbitrais e/ou administrativas que prejudiquem ou impactem os Contratos de Garantia; e/ou (ii) tornem-se inválidos, inexecutáveis, inábeis ou impróprios para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas; e
- (x) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes no prazo legal, bem como qualquer decisão judicial ou administrativa, que possa a vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora.

5.3.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "b"; "c"; "d"; "e"; "f"; "i"; "j"; "k"; "n"; "o"; "p"; "q"; "r"; e "t" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, no prazo estabelecido na Cláusula 5.3.3 abaixo.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados os mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por, pelo



1036404

menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso os titulares das Debêntures decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, sendo certo que será declarado o vencimento antecipado das Debêntures caso não seja atingido o *quorum* a que se refere essa Cláusula na Assembleia Geral de Debenturistas convocada em segunda chamada ou, ainda, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não ocorra por qualquer motivo.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das Debêntures deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora e/ou a Fiadora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso tal pagamento seja feito pela Fiadora, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

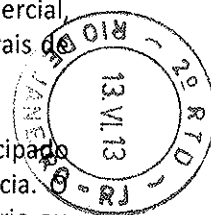
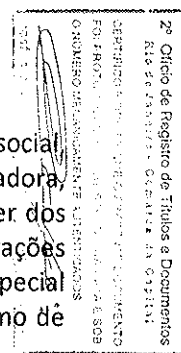
5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no CETIP21, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- (ii) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) todos os custos com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais;

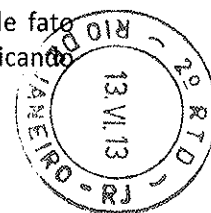
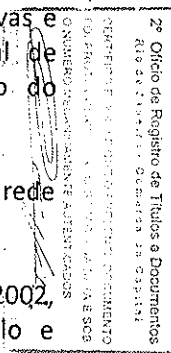
- (iii) manter contratados durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, a CETIP, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário;
- (iv) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- (a) dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, bem como as da Fiadora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, bem como as suas demonstrações financeiras com data base em 30 de junho de cada ano, objeto de revisão especial por parte dos auditores independentes registrados na CVM no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do semestre;
 - (b) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais dos acionistas;
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura em até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e
 - (d) enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (vi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (vii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:



1036404

REGISTRO
E SEGUROS

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (viii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (vii); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo estipulado pela CETIP ou, na sua falta, em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 2 de abril de 2009, pelo qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Emissão para todos os fins de direito;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (x) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xi) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

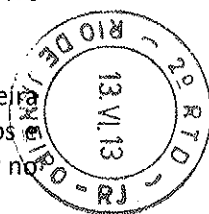
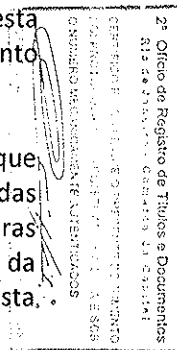


103 6404

RECEBIMOS
DEBENTURAS



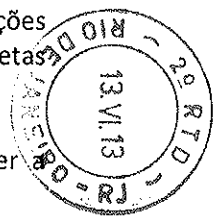
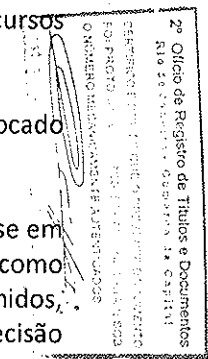
- (xiii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiv) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura, ressalvado o disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 358;
- (xv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos comprovados e incorridos em padrão de mercado em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura;
- (xvi) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xvii) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil e conforme requerido no Contrato de Concessão;
- (xviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xix) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xx) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xxi) não prestar quaisquer garantias reais ou fidejussórias, exceto se aprovado previamente por titulares de Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xxii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta;
- (xxiii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;



1036404



- (xxiv) cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xxv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- (xxvi) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xxvii) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (xxviii) realizar a amortização total das Dívidas Existentes na mesma data em que ocorrer integralização das Debêntures; e
- (xxix) semestralmente apresentar ao Coordenador Líder um relatório de consolidação das atividades socioambientais que deverá incluir minimamente: (a) relação das obras de melhorias executadas no período; (b) licenças ambientais emitidas ou renovadas no período e o atendimento das suas condicionantes; (c) informar sobre multas e/ou autos de infração recebidos no período; (d) andamentos dos programas de monitoramento ambiental das obras (quando aplicável); (e) resultados dos processos de consultas e reclamações do período; e (f) andamento dos processos de desapropriação no período;



1036404

6.2. A Fiadora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, se obriga a:

- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ii) notificar em até 3 (três) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;
- (iii) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;



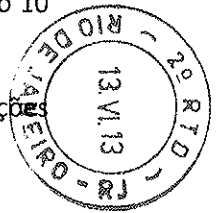
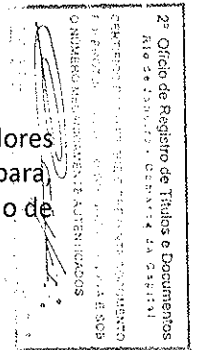
- (iv) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, auditores e assessores legais; e
- (v) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

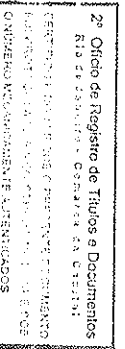


1036404

REGISTRAR
E
SEGURANÇA



- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) o Agente Fiduciário também atua, nesta data, na qualidade de prestador de serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Rodovias das Colinas S.A. ("3ª Emissão de Debêntures Colinas"). Foram emitidas 1.700 (mil e setecentas) debêntures, no âmbito da Emissão de Debêntures Colinas, as quais possuem vencimento em 23 de outubro de 2013 e totalizavam, na data da respectiva emissão, o valor de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de referidas debêntures. As Debêntures da 3ª Emissão de Debêntures Colinas são garantidas por alienação fiduciária de ações detidas pela Cibe Investimentos e Participações S.A. e cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros decorrentes do Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000, conforme previsto na escritura da 3ª Emissão de Debêntures Colinas; (ii) 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até três séries da Rodovias das Colinas S.A. ("4ª Emissão de Debêntures Colinas"). Foram emitidas 95.000 (noventa e cinco mil) debêntures, sendo 57.132 (cinquenta e sete mil e cento e trinta e dois) debêntures da primeira série, 12.368 (doze mil trezentos e sessenta e oito) debêntures da segunda série e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) debêntures da terceira série, sendo o vencimento em 15 de outubro de 2020 para as debêntures da 1ª e 2ª séries e em 15 de abril de 2029 para as debêntures da 3ª série, na data da respectiva emissão, o valor da 1ª, 2ª e 3ª séries totalizam o montante de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de referidas debêntures. As debêntures da 4ª Emissão de Debêntures Colinas são garantidas por alienação fiduciária de ações detidas pela Atlantia Bertin Concessões S.A. e cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros decorrentes do Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000, conforme previsto na escritura da 4ª Emissão de Debêntures Colinas; e (iii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries da Triângulo do Sol Auto-Estradas Ltda. ("2ª Emissão de Debêntures Triângulo"). Foram emitidas no âmbito da 2ª Emissão de Debêntures Triângulo 32.402 (trinta e duas mil quatrocentas e duas) debêntures na 1ª série e 36.705 (trinta e seis mil e setecentas e cinco) debêntures na 2ª série, as quais possuem vencimento em 15 de abril de 2020 e totalizavam, na data da respectiva emissão, o valor de R\$691.070.000,00 (seiscentos e noventa e um milhões e setenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures 2ª Emissão de Debêntures Triângulo são garantidas por alienação fiduciária de ações detidas pela Atlantia Bertin Concessões S.A. e cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros decorrentes do Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/CR/98, conforme previsto na escritura da 2ª Emissão de Debêntures Triângulo.



1036404



7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

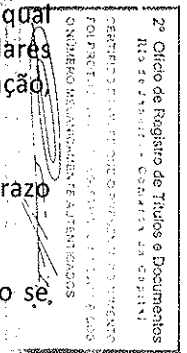
7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 248 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

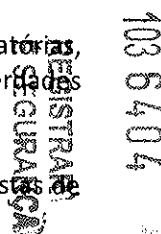
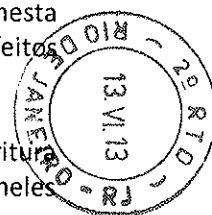
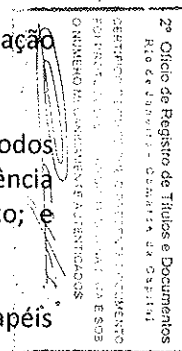
7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

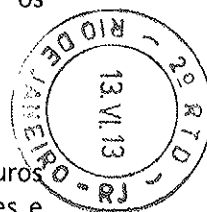
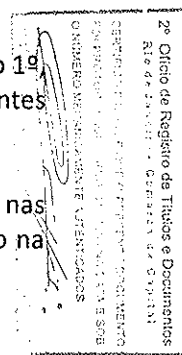
7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o previsto na Cláusula 7.7.4 abaixo; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar, quando da convolação das Debêntures, a regularidade da constituição das garantias reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;



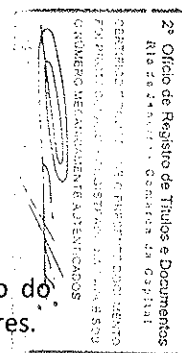
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.



1036404

(xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.



(xvii) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares das Debêntures de que o relatório de que trata o item (xv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;

(xviii) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os titulares das Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

(xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xx) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e

(xxi) disponibilizar, aos titulares das Debêntures e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos titulares das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (v) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.2, esta assim o autorizar.

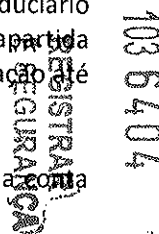
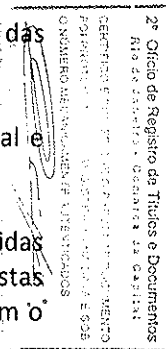
7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.000,00 (seis mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes



correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

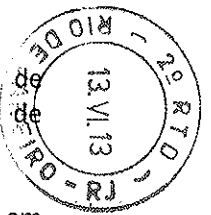
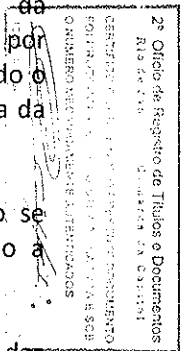
7.7.7. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.8. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.9. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.10. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos titulares das Debêntures. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, bem como as demais despesas efetuadas por este no decorrer da sua atuação, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.



1036404

7.9. As despesas previstas acima necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço são: publicações em geral, notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, transportes, alimentação, estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos titulares das Debêntures.

7.9.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

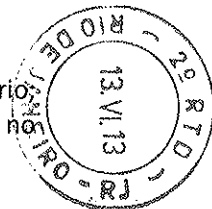
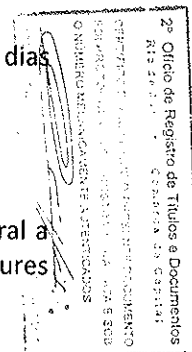
8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora*, e eventos de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.



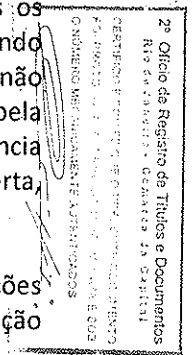
1036404



9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Oferta, a Emissão e a constituição das Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador da Concessão para a realização da Oferta, para a Emissão ou para a constituição das Garantias;
- (iii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem o Contrato de Concessão ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, inclusive em relação à Concessão;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, inclusive, mas não se limitando, ao Contrato de Concessão, aos contratos financeiros firmados pela Emissora e aos contratos relativos à Concessão, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMG e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de



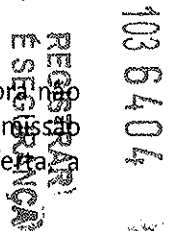
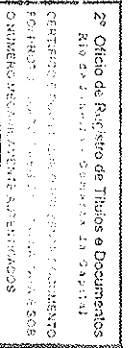
1036404

RESPAR
ESCRITURA



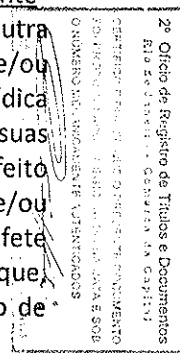
qualquer delas, a intervenção na Concessão ou que possa resultar extinção da Concessão nos termos dos artigos 35 a 38 da Lei das Concessões;

- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (ix) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente suas funções com relação à Oferta;
- (xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, após a implementação da Condição Suspensiva, livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;
- (xiii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que, no melhor conhecimento da Companhia, possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente



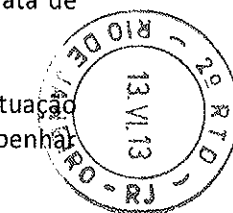
Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica; e

- (xvii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há, no melhor conhecimento da Companhia, pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante. Para os fins desta Escritura, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Companhia e/ou da Fiadora; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Companhia e/ou da Fiadora de cumprir com suas obrigações decorrentes da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade da Escritura, dos Contratos de Garantia ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento.



9.2. A Fiadora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Fiadora;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das



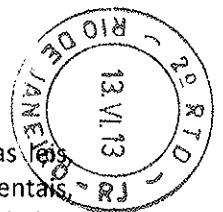
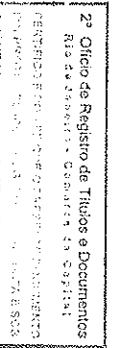
REGISTRAR
E
ESSE
FUNDAR

1036404



Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMG e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, o registro dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e do registro das Debêntures na CETIP;

- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Fiadora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (viii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) as demonstrações financeiras da Fiadora, datadas de 31 de dezembro de 2012, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Fiadora;
- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (xi) a Fiadora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as regulamentações, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Fiadora;
- (xii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Fiadora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xv) não há fatos relativos à Fiadora ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.



1036404
REGISTRAR
ESCRITURAS



9.3. Validade das Declarações. As declarações e garantias prestadas pela Companhia e pela Fiadora nesta Escritura deverão ser válidas e subsistir até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura, nos termos da Cláusula 5.3 acima.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758, 12º andar, cj 122, Itaim Bibi
São Paulo, SP
CEP 04542-000
At.: Sr. Alexandre Tujisoki
Telefone: (11) 3708-9603
Fax: (11) 3708-9600
e-mail: financas@abconcessoes.com.br

(ii) Para a Fiadora:

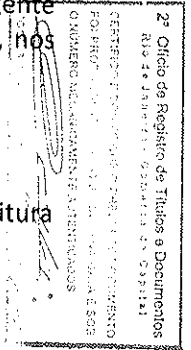
ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758, 12º andar, cj 122, Itaim Bibi
São Paulo, SP
CEP 04542-000
At.: Sr. Alexandre Tujisoki
Telefone: (11) 3708-9603
Fax: (11) 3708-9600
e-mail: financas@abconcessoes.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22640-102
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
e-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br



1036404
REGISTRAR
E SEGURANÇA



(iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco, SP

CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

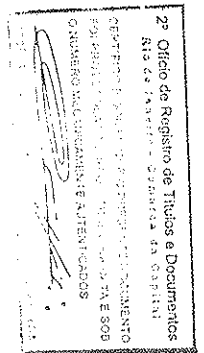
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado



1036404
REGISTRO
E SEGURANÇA

por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

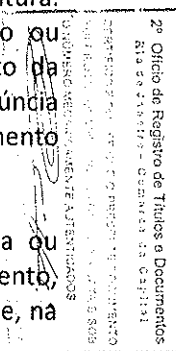
10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura ou nos Contratos de Garantia.

10.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares das Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos titulares das Debêntures, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares das Debêntures. Neste sentido, o Agente



1036404

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA DE S. J. DE ALMEIDA, 100 - CENTRO
Cidade do Rio de Janeiro - RJ



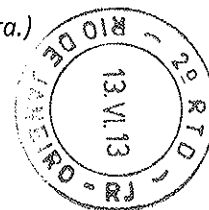
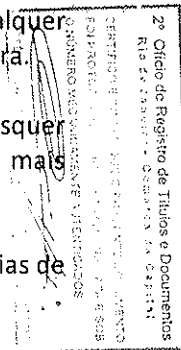
Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares das Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares das Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares das Debêntures. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

10.11. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de maio de 2013.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



1036404
REGISTRAR
E SEGURANÇA

[Handwritten signature]





(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Cartório
Registro Civil

39º

Cartório
Registro Civil

39º

Nome:

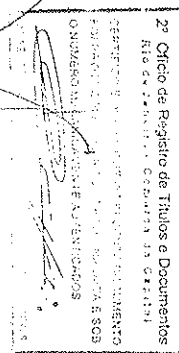
Cargo:

José Renato Ricciardi
Diretor Presidente

Nome:

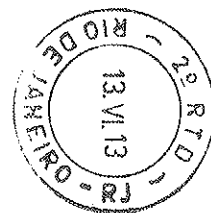
Cargo:

Alexandre Tujisoki
Diretor Financeiro



39º Cartório
Reconheço por semelhança a firma de:
JOSE RENATO RICCIARDI, ALEXANDRE TUJISOKI
em documento com valor econômico, dou fé
São Paulo, 15 de Maio de 2013. Em Teste
de Verdade

ANDRÉA MARIA DOS REIS, ESCRIVENTE
R\$ 13,00-Valido somente com selo de Autenticidade
SUBC
Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada



1036404
REGISTRAR
E SEGURANÇA





(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

Cartório
Registro Civil

39º

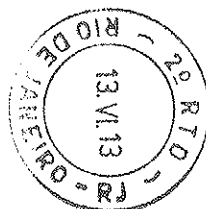
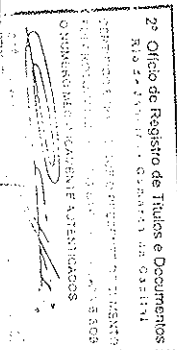
Cartório
Registro Civil

Nome:
Cargo:

José Renato Ricciardi
Diretor Presidente

Nome:
Cargo:

Alexandre Tujisoki
Diretor Financeiro



39º Cartório
Reconheço por semelhança a firma de:
JOSE RENATO RICCIARDI, ALEXANDRE TUJISOKI
em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 13 de Maio de 2013. Em Teste
ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE
R\$ 13,00-Valdo somente com selo de Autenticidade.

39º SUBD. VILA MADALENA
Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada



REGISTRAR
E SEGURANÇA

103 6404



(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

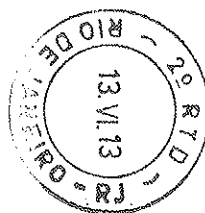
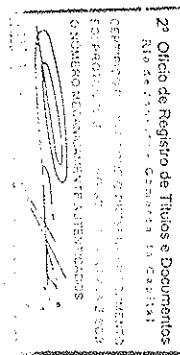
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: ROBERTO BARTON TAMIÃO
Cargo: PROCURADOR

12º TABELÃO de NOTAS

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - CEP 01410-100
SEL. HOMERO SANHI - TABELÃO - Tel: (11) 3559-6277 - Fax: (11) 3281-6362

Reconheço por semelhança a firma: ROBERTO BARTON TAMIÃO,
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 15 de Maio de 2013
Em testemunho da verdade,
Cleber Gonçalves - Escrivão Autorizado
1305151132115 | Firma: R\$ 6,50 | Total: R\$ 6,50



REGISTRAR
E SEGURANÇA
1036404

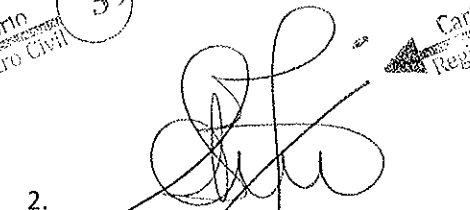
(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 

Nome: **Augusto R. Aguiar Milani**
RG: **RG: 40.993.245-0**
CPF: **CPF: 310.247.368-73**

Cartório
Registro Civil 39º

2. 

Nome: **STEPHANIE MARTINS**
RG: **RG: 49.342.503-9**
CPF: **CPF: 361.100.888-54**

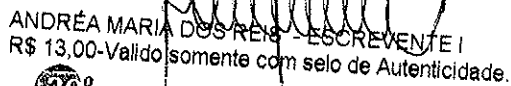
Cartório
Registro Civil 39º

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Capital
Nº 13.113
13.V.13

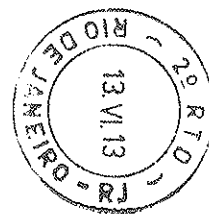
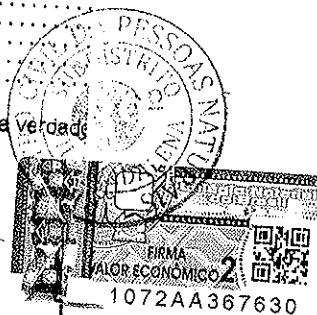
39º Cartório
Av. Brig. Faria Lima, 1616 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3816-7700
Andréa Maria dos Reis - Oficial Titular

Reconheço por semelhança a firma de
AUGUSTO RENATO AGUIAR MILANI, STEPHANIE MARTINS

em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 15 de Maio de 2013. Em Teste da verdade


ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE I
R\$ 13,00-Valdo somente com selo de Autenticidade.

39º SUBD. VILA MADALENA
Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada

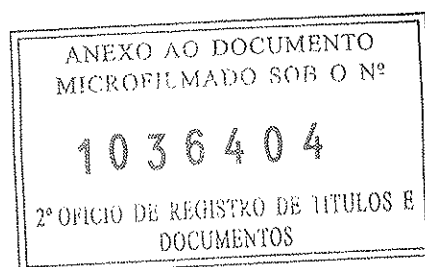


REGISTRAR
E SEGURANÇA
1036404

ANEXO

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.
Segue Modelo de Aditamento da Escritura na próxima página.)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, na Avenida Joaquim André, nº 361, Bairro Santa Clara, CEP 35.500-712, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.822.767/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 12º andar, Bairro Itaim, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.019.567/0001-87, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Fiadora**"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "**Partes**");

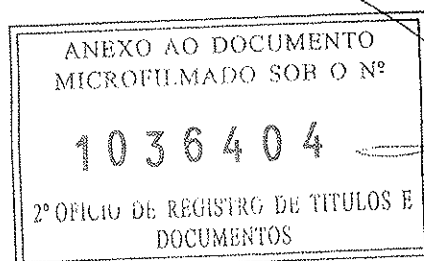
vêm por este e na melhor forma do direito celebrar o presente Instrumento Particular de [●] Aditamento ("**Aditamento**") ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A, datado de 13 de maio de 2013, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("**JUCEMG**") sob o nº [●] e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob os números [●], [●] e [●], respectivamente ("**Debêntures**" e "**Escritura**", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.3 e 4.1.12.2 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na JUCEMG, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

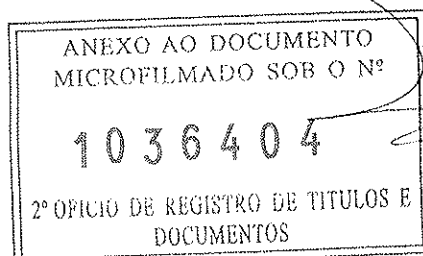


3. RETIFICAÇÕES

3.1. Por meio do presente Aditamento, em virtude da convolação das Debêntures da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real e adicional fidejussória, as Partes concordam em alterar a redação das Cláusulas 4.1.9.1, 4.1.10.1 e do item (xii) da Cláusula 9.1 da Escritura, as quais passarão a vigor com as seguintes redações:

"4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações."

"4.1.10.1. As Debêntures contam com as seguintes garantias reais ("Garantias"):
(i) alienação fiduciária de: (a) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Fiadora ("Direitos de Participação"), bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação, todas as ações derivadas dos Direitos de Participação por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação dos Direitos de Participação e quaisquer bens ou títulos nos quais os Direitos de Participação sejam convertidos (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Fiadora na Companhia, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Fiadora (em conjunto, as "Ações Alienadas Fiduciariamente"); (b) somente em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Companhia e/ou pela Fiadora perante os titulares das Debêntures por força desta Escritura, todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Fiadora, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Alienadas Fiduciariamente, os quais são integram a definição de Ações Alienadas Fiduciariamente; e (c) o direito à incorporação automática da presente garantia de quaisquer ações de emissão da Companhia que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de qualquer outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pela Fiadora após a data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definido abaixo, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Fiadora (direta ou indiretamente) por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, em razão de cancelamento, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, assim como quaisquer certificados de depósito, títulos ou valores mobiliários em que as Ações Alienadas Fiduciariamente e tais novas ações sejam convertidas, bem como os certificados, livros societários e/ou cautelares de ações e/ou outros documentos representativos da propriedade destas ações, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e

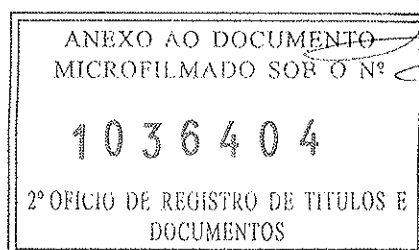


Outras Avenças, celebrado em 13 de maio de 2013 pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) cessão fiduciária: (a) de todos e quaisquer direitos creditórios e emergentes da Concessão, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados ao Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007 entre a Emissora e o poder concedente, tal como se encontre em vigor aditado, modificado ou complementado ("Contrato de Concessão"), incluindo, sem limitar, todos os direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, inclusive direitos decorrentes de seguros, incluindo o direito da Emissora de receber, na qualidade de co-segurado, todos e quaisquer e valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos por seguradoras, em função de apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, indenizações, direitos emergentes decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, quaisquer outras receitas decorrentes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, incluindo aqueles gerados em decorrência dos contratos de coleta de pedágio e de meios de pagamento, bem como quaisquer valores que sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente da Concessão à Emissora correspondente à contraprestação pecuniária relativos ao Contrato de Concessão, bem como em razão da extinção, término (antecipado ou não) e/ou modificação a título de indenização, compensação ou contraprestação pecuniária relativa ao Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e Outras Avenças, celebrado em 13 de maio de 2013 pela Emissora e pelo Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes"); e (b) os recursos existentes na conta vinculada, pela qual transitarão os montantes oriundos dos Direitos Creditórios, bem como os direitos creditórios da Emissora sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos na referida conta vinculada, nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado em 13 de maio de 2013 pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Custódia de Recursos Financeiros" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os "Contratos de Garantia")."

"9.1. (xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade e se encontram livres e desembaraçados de quaisquer constringimentos ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;"

3.2. Ainda, por meio deste Aditamento, as Cláusulas 1.3, 4.1.10.2, 4.1.12, 4.1.12.1, 4.1.12.2 da Escritura e o item (xxix) da Cláusula 6.1 serão totalmente excluídos.

3.3. Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura "quirografia com garantia adicional fidejussória" por "com garantia real e adicional fidejussória" no corpo da Escritura, conforme aplicável.



4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alteradas por este Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

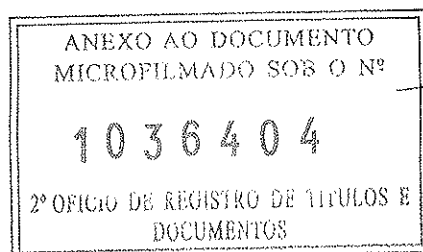
5.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

5.3. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [data].

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



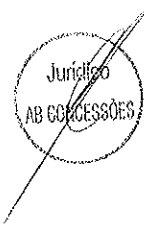
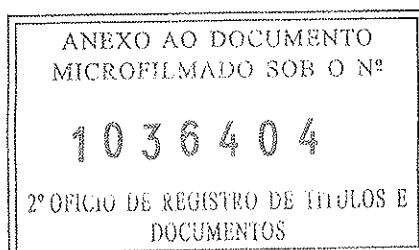
(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[Handwritten signatures]

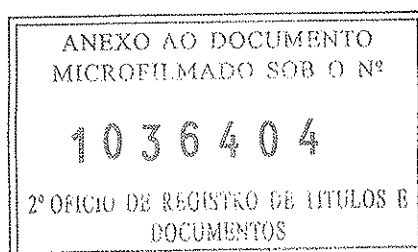


(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: ROBERTO BARTON TAMIÃO
Cargo: PROCURADOR

12º TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01430-900
BEL. HOMERIO SANTH - TABELIAO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6382
Reconheço por semelhança a firma: ROBERTO BARTON TAMIÃO,
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 15 de Maio de 2013
Em testemunho da verdade,
Cleber Gonçalves Escrevente Autorizado
1305151132115 - Firma: R\$ 6,50 / Total: R\$ 6,50

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01430-900
BEL. HOMERIO SANTH - TABELIAO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6382
Firma: ROBERTO BARTON TAMIÃO
Cleber Gonçalves Escrevente Autorizado
1305151132115 - Firma: R\$ 6,50 / Total: R\$ 6,50
1042AA789778

ANEXO AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O Nº

1036404

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS

(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

[Handwritten signature]

